



O capital cultural das crianças que não acompanham o processo de alfabetização em relação a aprendizagem da leitura e da escrita no 3º ano do ciclo de alfabetização de escolas públicas da região da Amurel

Mariléte Pinto de Oliveira
UNISUL
marilete.pedagogia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com a ampliação do ensino fundamental previsto na Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 que altera a LDB e amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade, estabelecendo prazo de implantação até 2010. O ensino fundamental obrigatório e gratuito na escola pública terá por objetivo a formação básica do cidadão, desenvolvendo a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão do ambiente onde vivem e o contexto social, entender como funciona o sistema político, a área tecnológica, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, desenvolver a capacidade de aprender, tendo em vista a aquisição de

conhecimentos e habilidades, enfatizar a formação de atitudes e valores, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. Segundo o Ministério da Educação, a ampliação em mais um ano deverá produzir um salto na qualidade da educação no país.

Entendemos que o problema da reprovação escolar é um dos indicativos de que a escola não está efetivamente cumprindo o seu papel. A escola é o lugar onde as crianças começam a pertencer a uma comunidade ampla, onde todos estão reunidos, assumindo compromissos e cumprindo regras de convivência para aprenderem a conviver em comunidade. A escola não é apenas um espaço para vivência em comunidade, mas ela tem o dever de propiciar as crianças à cidadania e prepara-las para o trabalho, além de cuidar do processo de ensino, que é um fator importante neste processo, onde professores e gestores comprometam-se em propiciar o desenvolvimento de seus educandos para tornarem-se pessoas completas e felizes. Dispostas a lutarem por seus direitos e aptas a exercerem funções diversificadas, desde trabalhos modestos a cargos de alto escalão.

O CAPITAL CULTURAL E A ESCOLA EM BOURDIEU

Como relata a constituição federal do Brasil. Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal. 2010 p. 42). Na LDB e na Constituição destacam-se alguns aspectos da função social da escola. Como “igualdade de condições ao acesso e permanência na escola” (Constituição, art.206, I e LDB, art. 3º, I). Mas esse fator não compete diretamente à escola, pois depende das condições financeiras e sociais de cada família e principalmente das condições que o Estado oferece a população.

A escola pode colaborar com a comunidade onde está inserida de muitas formas, sendo uma delas o apoio a lutas sociais. Possibilitando maneiras que possam amenizar alguns fatos que acontecem no cotidiano da comunidade escolar, como, a procura de vagas por famílias que passam horas na fila e muitas vezes não é atendida com zelo e

respeito. Outro aspecto é em relação à permanência, onde a escola deve assegurá-la. Mas, não depende só da escola, é um conjunto de fatores que fazem acontecer a evasão escolar. Como a falta de condições econômicas, sociais e culturais em que vivem a maioria da população brasileira.

A escola sendo responsável em promover o desenvolvimento de seus educandos à cidadania tem o dever de distinguir que tipo de cidadão quer formar, para promover mudanças necessárias na formação de um ser social imbuído de conhecimento. Nesse sentido o papel da escola é educar para a vida.

O professor é um dos elementos que integram o processo de aprendizagem, devendo ser a ponte que media o conhecimento, que reflete junto com os educandos o conhecimento científico, para juntos fazerem da escola um ambiente transformador. Para a escola consolidar o seu papel, faz-se necessário professores com uma formação consistente e continuada, professores comprometidos e abertos a mudança. A escola tem o dever de promover uma visão do mundo. A reprodução da estrutura social dar-se-á no sistema escolar, quando este contribui para manter a ordem da sociedade vigente.

De acordo com Bourdieu (2013, p. 360) “seria fácil enumerar os traços do estilo das classes dominadas que, através do sentimento da incompetência, fracasso ou indignidade cultural, contem uma forma de reconhecimento dos valores dominantes”. O capitalismo é produtor de degradação da vida humana. Neste caso, constata-se que a escola reproduz a sociedade vigente. Uma das questões é o capital cultural das crianças e de suas famílias. O capital cultural é um conjunto de recursos e competências disponíveis em matéria de cultura dominante ou legítima. Dominante, quando é imposta pelo Estado através de estratégias que camuflam seus verdadeiros objetivos, e legítima, quando é adquirido no seio familiar.

O capital cultural existe em duas formas, o incorporado, quando faz parte de uma predisposição e de habitus adquiridos anteriormente. E o objetivado, quando é comprovado através de certificados, provas e títulos. Como acontece com outros tipos de capital, o cultural confere poderes que contribuem para o poder econômico, cultural,

social e simbólico do indivíduo. Todo ser humano dispõe de competências e saberes, a diferença entre ambos é o quanto damos de valor a cada um.

O rendimento do educando depende do capital cultural previamente inculcado e investido pela família e pela escola. É uma série de estratégias, valores e disposições que são incorporados e empreendidos pela família, pela escola e por outros agentes socializadores, que perpassam o ambiente familiar, dando ao educando uma predisposição para as práticas educativas, que podem transformar-se em capital social.

Saviani (1944, p.25) “só se aprende de fato, quando se adquire um habitus, isto é, uma disposição permanente”. A escola e a família são os principais transmissores de capital cultural. Sendo que na família podemos destacar a maneira de falar, que chamamos de competência linguística, os ambientes que costumam frequentar, como pensam em relação a certos valores morais e sociais, a importância que se dá ao conhecimento adquirido. O capital cultural são as habilidades e as competências que os indivíduos adquirem ao longo de suas vidas. Essas habilidades e competências podem ser uma mistura da cultura dominante ou o habitus que o indivíduo adquire em seu convívio familiar.

A questão central para a promoção da mudança no sistema de ensino passa pelo capital cultural, sendo necessário pensar maneiras dele não ser um instrumento de dominação e de reprodução. Neste sentido, o trabalho educativo produz em cada indivíduo a humanidade nos diversos períodos da história e ao mesmo tempo formas para o indivíduo assimilar o conhecimento. Nesta perspectiva a educação encaixa-se no que o autor chama de trabalho não material, ou seja, o saber sobre a cultura.

Todo capital confere poderes, o capital cultural também confere possibilidades diversas oportunidades de geração de lucro, seja na esfera econômica, na vida social do indivíduo, no valor simbólico que é dado a esse capital, tanto no mercado de trabalho, como em outros setores da sociedade, nas relações que se dão entre os indivíduos e o meio em que vivem. Neste sentido a escola tem o dever de promover uma visão do mundo. Mas, o sistema escolar continua mantendo a ordem da sociedade em vigor, contribuindo com a separação dos alunos em relação à desigualdade de aprendizagem. O

rendimento do educando depende do capital cultural previamente inculcado e investido pela família e pela escola. É uma série de estratégias, valores e disposições que são incorporados e empreendidos pela família, pela escola e por outros agentes socializadores, que perpassam o ambiente familiar, dando ao educando uma predisposição para as práticas educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho ajuda a compreender o papel da escola e sua função como transmissora do conhecimento e mediadora na formação de indivíduos críticos que possam atuar em diversos setores da sociedade. Possibilita também averiguar o capital cultural das crianças oriundas das diversas classes sociais e como o mesmo contribui para explicar o fracasso ou o sucesso escolar das mesmas. A escola deveria romper com essa inversão de valores que o Estado impõe e transformar os excluídos em cidadãos esclarecidos.

Conforme Patto, (1996, p. 94) “ aos alunos de baixa renda atribui-se o fracasso escolar”. De acordo com a autora o responsável pelo fracasso escolar não é somente o aluno, mas um conjunto de fatores, como o método utilizado, fatores econômicos, o sistema capitalista, a situação da família do aluno. Para tanto devemos perceber a diferença educacional entre ricos e pobres e como isso acontece dentro do ambiente escolar, para em seguida, buscarmos com que a escola comprometa-se com essa parcela desfavorecida, obtendo soluções para a não reprodução do fracasso escolar.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2 ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

BORDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1974.

O capital cultural das crianças que não acompanham o processo de alfabetização em relação a aprendizagem da leitura e da escrita no 3º ano do ciclo de alfabetização de escolas públicas da região da Amurel

Mariléte Pinto de Oliveira

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: Estrutura e Sistema**. 10 ed. Campinas: Autores Associados.